



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 144

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 8 DE OUTUBRO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de outubro de 1966, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 14, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de

Cr\$ 65.000.000, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para obras constantes do Programa de Construção, Pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966;

ATA DA 4ª REUNIÃO, EM 7 DE OUTUBRO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GATTETE
PINHEIRO

Às 15 horas e 25 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Gattete Pinheiro
Sebastião Archer
Dinarte Mariz

O SR. PRESIDENTE:

(Gattete Pinheiro) — Não há quorum regimental para abertura da sessão.

Designo para a próxima sessão a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 10 de outubro de 1966
(Segunda-feira)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1966 (de autoria do Sr. Senador Guido Leandrin), que dá nova redação aos arts. 119 e 120 do Código Penal que dispõem sobre a reabilitação criminal (projeto aprovado em primeiro turno, na sessão de 15.9.66, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça), tendo Parecer nº 968 de 1966 da Comissão de Redação, com a redação do vencido em 1º turno.

Encerra-se a presente reunião às 15 horas e 30 minutos.

SENADO FEDERAL

Expediente despachado nos termos do artigo 197, § 3º, do Regimento Interno.

OFÍCIOS DO MINISTRO
PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL

Nº 18/66-P/MC, de 23 de setembro do ano em curso — em resposta ao Ofício nº 52/65, de 12 de maio de 1965, do Senhor Presidente do Senado Federal, comunica haver o Supremo Tribunal Federal, em sessão plena, realizada em 24 de maio de 1965, apreciando o recurso Extraordinário número 21.247, do Rio Grande do Sul, declarando a inconstitucionalidade do Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1942, do Estado do Rio Grande do Sul. Decisão publicada no Diário de Justiça de 19-5-65;

Nº 17/66-P/MC, de 4 do mês em curso — envia cópia autêntica do acordão proferido no julgamento da Reclamação nº 691, do Estado de São Paulo, quando foi declarada a inconstitucionalidade da Resolução número 93, de 14 de outubro de 1965, do Senado Federal.

OFÍCIOS DO MINISTRO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO (DE 28 DE SETEMBRO)

— Comunicação de apresentação e arquivamento de declaração de bens:

Nº 955 — do Ministro da Fazenda, Sr. Otávio Gouveia de Bulhões;
Nº 961 — do Presidente do Banco Central da República do Brasil, Sr. Denis Nogueira.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro da Fazenda:

Aviso nº GB-409, de 30 de setembro do ano em curso, com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 116 de 1966, no Senado e nº 905-C de 1959, na Câmara, que modifica o § 1º do artigo 3º da Lei nº 970, de 16 de dezembro de 1949, que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.

II — Do Presidente, em exercício, do Conselho Nacional de Economia:

Nº SCP/1065 (1) 68, de 31 de agosto do ano em curso, com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 116 de 1966, no Senado e nº 905-C de 1959, na Câmara, que modifica o § 1º do artigo 3º da Lei nº 970, de 16 de dezembro de 1949, que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

— do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas:

Of. nº 29, de 21 de setembro, com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 87-61.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESTIMO EXTERNO

Ofício nº GG 669, de 27 de setembro de 1966, do Governador da Paraíba: Solicita autorização do Senado para aquisição de equipamento hospitalar,

mediante financiamento, de origem francesa e alemã, envolvendo compromissos de Fr. 295 260 e DM. 141 010 100 ou Cr\$ 1.131.796.630.

PARECERES

Parecer nº 1.015, de 1966

Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei nº 220, de 1966, que estabelece normas para a fixação de preços mínimos para a produção suinícola nacional e dá outras providências.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Lei nº 220, de 1966, é originário da Câmara dos Deputados e visa estabelecer normas para a fixação de preços mínimos para a produção suinícola nacional e dá outras providências.

O eminente Autor do Projeto, em longa justificativa, demonstra a necessidade de um melhor amparo e estímulo do governo no setor do desenvolvimento da economia agro-pecuária deste País. E tem razão.

Não nos é possível reestruturar a economia nacional sem que o governo se volte, com todas as forças, para uma política de assistência e de amparo aos homens que lutam nos campos. Não há nação rica com agricultura desamparada. É ela que abastece as populações urbanas e responde pelo consumo geral do povo.

O problema da fome é hoje a preocupação substancial de todos os povos do mundo.

O Projeto em análise é um avanço no ângulo da suinocultura. Não basta assegurar financiamento aos produtores. Torna-se necessário dar-lhe a segurança de preços mínimos e compensadores para os produtos do seu trabalho. É o que o Projeto faz, determinando que o Poder Executivo baixará, anualmente, normas fixadoras desses preços.

Por outro lado, o Projeto põe termo às importações, muitas vezes desnecessárias, da banha de suíno. Importações injustificáveis, quando há suficiência do produto no mercado interno.

Sómente quando se constata a falta evidente da banha é que as importações poderão ser autorizadas.

A Comissão de Agricultura não pode apresentar óbices à tramitação de uma proposição que visa a fortalecer a economia nacional.

É por isso que opina, calorosamente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 220, de 1966.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1966. — José Ermirio, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Pedro Ludovico. — Antônio Carlos.

Parecer nº 1.016, de 1966

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1966 (Projeto de Lei nº 3.461-A-66, na Câmara), que estabelece normas para a fixação de preços mínimos para a produção suínica nacional e dá outras providências.

Relator: Sr. José Feliciano

O projeto, de autoria do Sr. Afonso Anselmo, foi apresentado na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1962.

Estabelece a proposição (art. 1º), que o Poder Executivo determinará a inclusão da produção suínica do País, entre os produtos resultantes das atividades pecuárias que devem ser abrangidos pelo sistema de garantia de preços mínimos.

O Poder Executivo, na forma estabelecida na Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962 (art. 2º), fixará anualmente o preço mínimo a ser pago ao produtor pelo quilo de suíno vivo. E o parágrafo único existente nesse artigo determina que o critério para o reajustamento anual dos preços mínimos obedecerá aos índices do processo inflacionário apurados pelos órgãos oficiais e relativos aos exercícios imediatamente anteriores.

O produto, para efeito de classificação (artigo 3º), obedecerá às categorias, já aceitas na prática, de suíno-tipo-carne e suíno-tipo-banha, respeitadas as atribuições constantes do art. 10 da Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962. Para ambas as categorias (dispõe o parágrafo único do artigo em referência), serão observadas as peculiaridades geoeconômicas de cada Estado ou região.

Proíbe finalmente o projeto (art. 5º), as importações de banha, a qualquer título, salvo quando faltar o produto no mercado nacional.

Observou o autor da proposição, justificando-a, que embora o Brasil seja um país eminentemente agrícola, "nossa política rural, de modo quase generalizado, exerce-se desordenadamente, sem as indispensáveis previsões e garantias".

Refere-se à penúria em que vive a maior parte das populações rurícolas do país e chama a atenção para o dever do legislador face a essa situação. Ninguém, aqui ou lá fora — diz a justificativa do projeto — haverá

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

de produtor algo que não lhe ofereça justa compensação. Se a lavoura nacional não evoluiu, se não acompanhou o ritmo do desenvolvimento do país, o fato deve-se à ausência de uma política que assegure ao produtor a justa remuneração.

O atual Governo vem procurando de diferentes modos — são ainda alegações do autor do projeto — superar essa velha omissão, mas, nenhuma das medidas por ele adotadas, até agora, atingiu o setor da suinocultura. E esse setor, frisa ainda, é ponte de subsistência de milhões de patrícios aos quais, em período de safra, são oferecidos preços inteiramente divorciados da realidade econômica. O projeto visa, pois, corrigir essa situação anômala.

A proposição foi aprovada na Câmara, em agosto do corrente ano.

A lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962, citada no texto da proposição, dispõe no seu art. 1º que

"A União garantirá os preços dos produtos das atividades agrícolas, pecuária ou extrativa, que forem fixados de acordo com esta lei".

Não existem nos 21 artigos restantes do citado Diploma qualquer outra disposição que possa ser interpretada como excludora da produção suínica do rol daqueles "produtos das atividades agrícolas, pecuária ou extrativa", de que fala o artigo que transcrevemos.

O lógico a concluir, portanto, é que já existe, em perfeita vigência, uma disposição de lei garantidora da medida que constitui o exato objetivo do projeto.

Se a disposição de lei a que nos referimos não foi aplicada, até agora,

de modo a alcançar os produtos da suinocultura — não temos razões para supor que outra lei, somente pelo fato de ser nova, vá modificar a omissão que estaria ocorrendo.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 57 DE 7 DE OUTUBRO de 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar Lea Augusta Silveira Lobo Rodrigues de Castro, Oficial Legislativo, PL-6, para ter exercício na Diretoria do Expediente.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de outubro de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 65 DE 7 DE OUTUBRO de 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar os Auxiliares Legistas, PL-10, Aluisio Rodrigues Lobato para ter exercício na Diretoria das Comissões e Waldyrino Francisco Souto na Diretoria da Contabilidade.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de outubro de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei nº 22, de 1966 (C.N.), que "Altera a Lei número 4.505, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto do Selo

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1966

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e

Nenhuma lei, aliás, cabe sempre lembrar, deverá gerar comportamentos de pessoas ou de organismos, injustáveis à realidade.

Cereais podem ser comprados em grandes quantidades e estocados sem maiores problemas. O próprio boi pode ser comprado e conservado vivo — até três meses — sem grandes cuidados, sem perda substancial de peso e, portanto, sem desgaste de valor econômico.

O porco, todavia, é produto com características especialíssimas e, atingido o ponto certo indicado para sua comercialização, não pode essa vir a ser protelada, sem graves e irrecuperáveis prejuízos.

Não há como armazenar o porco vivo, conservando-lhe o peso, sem continuar a mantê-lo sob o rico e caro regime alimentar preconizado para uma suinocultura racional.

E, dessa forma, a compra de milhares de animais de uma só vez, por uma agência governamental incumbida da operação será inexequível — desde que essa agência não esteja aparelhada para o abate e para a estocagem da carne, em câmaras frigoríficas.

Ora, as instalações frigoríficas existentes no Brasil pertencem na quase totalidade a empresas privadas e não poderiam ser utilizadas para a armazenagem da carne de porco adquirida pelo Governo, senão em bases estritamente comerciais. E o armazenamento, se assim viesse a ser feito, geraria problemas outros, financeiros e técnicos, que acabariam por sua vez agravando ainda mais o nunca superado problema do abastecimento.

Não deve o legislador contribuir para criar problemas novos e, sim, apenas, para solucionar os existentes, afinal, já bastante numerosos.

Opinamos na linha do exposto pela rejeição do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1966. — Atílio Fontana, Presidente — José Feliciano, Relator — Adolpho Franco — Júlio Leite — José Leite — Mello Braga.

PORTARIA Nº 66 DE 7 DE OUTUBRO de 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar os Auxiliares Legistas, PL-10, Ilvo Sequeira Baptista e Celso de Castro Filho para terem exercício na Secretaria-Geral da Presidência.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de outubro de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 67 DE 7 DE OUTUBRO de 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar Luiz Gonzaga Pereira do Nascimento, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria do Pessoal.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de outubro de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

sessenta e seis, às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Senadores Eurico Rezende, Vivaldo Lima, Mem de Sá, Victorino Freire, Meneses Pimentel, Daniel Krieger, Edmundo Levi e José Ermirio, e os Senhores Deputados Cunha Bueno, Pinheiro Lemos, José Esteves, Teófilo Pires e Derville Allegretti, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacio-

nal incumbida de emitir parecer ao Projeto de Lei nº 22, de 1966, que altera a Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto do Selo.

Após constatar a existência de número regimental o Sr. Presidente declara iniciada a reunião e comunica aos Srs. Congressistas presentes a substituição dos Srs. Senadores Eugênio Barros e Silvestre Péricles pelos Srs. Senadores Heribaldo Vieira e Ruy Carneiro, nos termos dos artigos 53 (cinquenta e três) do Regimento Comum e 58 (cinquenta e oito) do Regimento Interno do Senado Federal.

A ata da reunião anterior é lida e, sem discussão, aprovada.

Comparecem mais os Srs. Senadores Heribaldo Vieira e Ruy Carneiro.

O Sr. Senador Mem de Sá, relator da matéria, lê o seu Relatório e conclui com a apresentação de um Substitutivo, que, submetido à discussão em votação, é aprovado pela unanimidade dos Srs. Congressistas presentes à reunião.

Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas referentes à reunião sejam publicadas em anexo à presente ata.

Para constar, cp. Cláudio I. O. Leal Neto, Secretário, lêrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e publicada nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional. — Argemiro de Figueiredo, Presidente.

Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 22, de 1966, que altera a Lei nº 4.505, de 23 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto do Selo

ANEXO DA ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 28-9-66, ÀS 15,00 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Integra do Apanhamento Taquigráfico referido na Ata:

Presidente — Senador Argemiro de Figueiredo.

Vice-Presidente — Deputado José Estevão.

Relator — Senador Mem de Sá.

O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (Presidente) — Reúne neste momento, esta Comissão Mista para examinar o Projeto de Lei nº 22, de 1966 (C.N.) que altera a Lei nº 4.505, de 23 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto do Selo.

(São lidas Comunicações)

Havendo número legal, esta aberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Senador Mem de Sá, relator designado para dar parecer sobre o Projeto.

O SR. SENADOR MEM DE SÁ — (Relator)

Com mensagem de 16 do corrente, o Exmo. Sr. Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei em exame, solicitando sua tramitação na forma do artigo 3º, § 3º, do Ato Institucional nº 2.

A proposição, em seu art. 1º, manda acrescentar à Tabela constante da Alínea I, da Lei nº 4.505 (Lei do Selo), o seguinte inciso:

1.8 — Saldos semanais das contas de empréstimos — 0,1%.

O art. 2º determina o acréscimo de mais uma "nota" à alínea mencionada no art. 1º, que constituirá a "nota 3º" do seguinte teor:

3º) "No caso do inciso 1.8, o imposto será calculado sobre o maior saldo semanal e será devido e recolhido pelos estabelecimentos bancários, sociedades de crédito, investimento e financiamento, sob sua exclusiva responsabilidade, até o último dia útil da semana subsequente."

Finalmente o art. 3º declara que as isenções constantes do art. 23 da Lei nº 4.505 não abrangem a incidência instituída pela presente lei.

Em sua Exposição de Motivos, o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda justifica o projeto, nos seguintes termos:

"Em face da concessão de aumento de vencimentos do funcionalismo do Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União reclamam o mesmo direito para seus funcionários."

A dificuldade que enfrenta o Executivo para atender ao pleiteado advém do preceito da paridade de remuneração dos servidores públicos e, sobretudo, do desequilíbrio orçamentário.

E, logo adiante: "Cumpro-me, porém, pedir a atenção para a inconveniência do aumento de despesas de custeio, sem o correspondente acréscimo da receita tributária. Quando são votadas verbas suplementares ou mesmo extraordinárias para atender a encargos de investimentos, pressupõe-se a possibilidade do levantamento de recursos por meio do crédito público. É inadmissível, porém, apelar-se para o Empréstimo, ou seja, a venda de Obrigações do Tesouro, no mercado, com a finalidade de pagar aumento de salários. Trata-se de aumento de despesas que somente poderá ser atendido com acréscimo da receita tributária, principalmente quando já existe um "déficit" orçamentário. E não será com a ampliação do déficit orçamentário que se há de combater a inflação".

Como se vê destas linhas, o Ilustre Ministro da Fazenda mantém sua coerência doutrinal e a rigidez inflexível de sua luta contra a inflação proveniente de emissões de papel moeda para cobrir déficits orçamentários.

Neste capítulo — combate ao déficit orçamentário como foco de inflação — a política financeira do governo tem obtido excelente resultado, conseguindo reduzir, de ano para ano, o terrível e crônico saldo negativo que corria o orçamento, e, com ele, as finanças públicas e o poder e estabilidade da moeda.

Já no corrente exercício, embora ainda subsista um resíduo do velho e inveterado regime de déficits orçamentários, a situação é, negavelmente, muito melhor que a dos anos anteriores, fazendo tudo prever que o mal seja extinto no próximo exercício de 1967.

Apesar do pequeno o déficit do ano em curso, quando posto em confronto com o dos anos passados, urge evitar que aumente, envidando todos os esforços, não somente para impedir seu crescimento, como também para alcançar que seja o menor possível no encerramento do exercício.

Esta é justa, legítima e louvável fundamentação do projeto. Cálculos objetivos e baseados em cifras seguras preveem que o aumento de despesa derivado do aumento de vencimentos do funcionalismo dos tribunais mencionados se eleve a cerca de 14 bilhões de cruzeiros, tudo indicando que o mesmo aumento, já conferido aos servidores do Poder Legislativo

federal, determine a necessidade de suplementação das verbas orçamentárias em alguns bilhões de cruzeiros, ainda não exatamente avaliados.

A tese do Ministro Otávio Bulhões está certa, sem possibilidade de dúvida ou contestação. Devo ser norma invariável de um bom governo e de uma sã e correta gestão financeira jamais aumentar despesas de custeio sem aumentar concomitantemente, e na mesma proporção, a receita ordinária que cubra e atenda o maior dispêndio. Só as despesas de investimentos reprodutivos podem e merecem ser providas com recursos decorrentes do crédito público. Isto é, de empréstimos ou de venda de títulos e obrigações do Tesouro.

Justo será acrescentar, aliás, que o Poder Legislativo tem esposado e adotado esta orientação. Assim, para citar o exemplo mais recente, ao elaborar a Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, a fim de prover o Executivo de recursos idôneos para satisfazer o aumento de vencimentos do funcionalismo público, aprovou o art. 28 que criou o adicional de dez por cento sobre os impostos de renda, consumo e selo.

Nem se diga que, no caso em tela, no projeto de lei em exame, a majoração da despesa é de pouca monta, quando em cotejo com o total, quer da receita, quer da despesa orçamentária de 1966. Não se discute, nem deve ter maior sentido, o vulto da despesa e seu peso sobre o andamento da gestão, mas, sim, a defesa de um princípio que precisa ser implantado, sem exceções, no sistema administrativo e no tratamento das finanças brasileiras. Sempre que com a costumeira facilidade, o Executivo e o Legislativo cedem aos apelos em favor de reajustamentos ou elevações de vencimentos e salários dos servidores públicos, cumpre-lhes assegurar ao Tesouro aumento correspondente de receita ordinária.

Assim justificado o princípio exposto, resta verificar-se a solução oferecida pelo projeto de Lei nº 22 (CN) merecer acolhida.

Com a devida venia e com o respeito a que faz jus o alto descorrente do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, ousamos pensar que a fórmula do projeto não é feliz e precisa ser substituída.

Diz a Exposição de Motivos, em certo trecho: "De acordo com a Emenda Constitucional nº 18, é lícito o aumento de impostos durante a vigência do exercício financeiro. Somente é vedada a exigência de acréscimos posteriores à data inicial do exercício financeiro aos impostos que incidam sobre o patrimônio e a renda. Nestas condições, torna-se admissível um adicicionamento tributário em relação aos impostos de consumo ou de selo."

E o que está preestabelecido no artigo 2º, inciso II, da Emenda Constitucional nº 18, de 1 de dezembro de 1963. Parece fora de dúvida que esta disposição ("É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios... cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda, com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda") permite que a União majore ou altere a tributação sobre o consumo e o selo, em qualquer momento, mesmo depois de entrar em vigência um novo orçamento. Também não se afigura passível de discussão que tal norma entrou em vigor na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 18. As Emendas Constitucionais entram em vigência na data de sua promulgação, salvo nas partes em que disposição expressa fixe outra data. Esta própria Emenda disto dá exemplo e demonstração em diver-

sos de seus artigos. Mas a norma do art. 2º, como a do art. 3º e outras, não tem vinculação direta, nem indireta, com a redistribuição de receitas e com as alterações tributárias que constituíram os objetivos centrais daquela Emenda. Elas reproduzem, com modificações, as disposições contidas no art. 31 e 32 da Constituição de 1946.

Leia-se o art. 25 da mesma Emenda nº 13 e ainda não refreio se encontra para a afirmação acima, que, de resto, parece não poder alimentar debate.

Está dito, taxativamente, neste artigo que "ficam revogados ou substituídos pelas disposições desta Emenda" (entre outros) o § 34 do artigo 141 da Constituição.

Acusa, portanto, a assertiva da Exposição de Motivos, quanto à licitude de majorar os impostos de consumo e de selo "com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda" (artigo 2º, inciso II, da Emenda 18), restar examinar se o texto do projeto pode ser aceito sem provocar dúvida quanto à sua constitucionalidade e à sua conveniência.

A respeito, transcrevemos, novamente, as passagens adequadas da Exposição de Motivos, quanto à Fazenda. Diz: "O Imposto do Selo é um tributo condenado pela experiência. Por este motivo será suprimido no próximo exercício. Em seu lugar prevalecerá um tributo de incidência consideravelmente mais simples e de notória simplicidade. Resumase em agravar os saldos dos Empréstimos Bancários e dos prêmios de seguros em proporção sensivelmente inferior ao que prevalece atualmente e por meio de um processo de cobrança muito mais simples". "Fugiu, pois, que se antecipe parte desse novo sistema tributário em adicicionamento ao presente imposto de selo, na proporção mínima de 0,1% sobre o saldo dos empréstimos, conforme dispõe o projeto em anexo."

Como se vê, embora o projeto mande, simplesmente, acrescentar um inciso na Alínea I da Tabela do Imposto do Selo, depreende-se, quer da leitura do inciso proposto, quer, sobretudo, do trecho acima transcrito da Exposição de Motivos, que, em verdade, não se trata de acrescer ou majorar o imposto do selo, que, aliás, o Ministro declara, justamente, condenado.

Mas se não é acréscimo ao imposto do selo e sim mera antecipação de parte do novo sistema tributário (imposto sobre operações financeiras) — que somente no próximo exercício poderá entrar em vigor, conforme o projeto de Lei nº 21 (CN) ora em tramitação no Congresso — bem é de ver que a fórmula do projeto nº 22 se torna duvidosa e passível de controvérsia. Nem é de esquecer que a Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, define, em seu artigo 1º, o fato gerador ou a base do imposto do selo dizendo, expressamente: "O imposto do selo incide sobre atos regulados por lei federal, especificados na Tabela constante do Anexo I desta lei." Quer dizer, o imposto do selo incide sobre atos. Ora, o projeto nº 22 manda cobrar 0,1% sobre os "saldos semanais das contas de empréstimos" e, assim, parece, s.m.j., fugir ao conceito de imposto do selo.

Doutra parte, a fórmula sugerida — 0,1% sobre os saldos semanais das contas de empréstimo — não somente implicaria uma sobrecarga de trabalho excessiva aos bancos e sociedades de crédito, investimento e financiamento, como poderia determinar uma arrecadação bem superior às necessidades da cobertura da despesa decorrente do aumento de vencimen-

dos dos servidores dos Tribunais no começo citados.

Tendo em vista estes percalços e dúvidas, as próprias autoridades fazendárias convieram em modificar o texto do projeto, nos termos do substitutivo que tenho a honra de apresentar aos nobres pares desta Comissão.

SUBSTITUTIVO

Altera a Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964 e o art. 28 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 1º O adicional de 10% (dez por cento) sobre o imposto do selo, criado pelo art. 28 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, fica elevado para 25% (vinte e cinco por cento), e será cobrado até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2º Ficam excluídas do aumento do adicional, a que se refere esta lei a Alínea III, do imposto incidente sobre os contratos de construção de imóveis, por administração, incluído na Alínea VI, bem como as operações de que trata o inciso 2.4, da Alínea II e sua "nota" 2ª, quando se referirem a papéis emitidos no exterior sobre o país, todas constantes da Tabela do Anexo nº 1, da Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Não é justo gravar ainda mais o que já pesa sobre as importações, porque o imposto de importação é altamente inflacionário, porque aumenta o preço da matéria-prima.

Justificação

Desde logo é de acenar que o substitutivo não pode padecer discussão de ordem constitucional, pois está rigorosamente enquadrado na letra e no espírito da Emenda Constitucional nº 28.

Quanto ao mérito, não temos dificuldade em reconhecer que a majoração do adicional ao imposto do selo é, economicamente, pouco digna de aplauso. Mais: é inconveniente, na medida em que encarece o preço do dinheiro, numa quadra em que dá combate à inflação, e particularmente, se envidam os maiores esforços para reduzir as taxas de juros e deságios.

Mas, assim reconhecendo, justo e necessário é proclamar que ainda mais inconveniente e oneroso era o texto primitivo do projeto, criando o adicional de 0,1% sobre os saldos semanais das contas de empréstimos. É verdade que o artigo 2º do mesmo texto atribuiu aos bancos e às sociedades de crédito o ônus imposto. Mas não nos parece que uns e outras, em face da nova carga, deixassem de trasladar, de uma ou outra forma, direta ou indiretamente, para os mutuários e clientes o ônus assim súbitamente criado, no último trimestre do ano.

Releva ainda, atentar para o fato de ser difícil, senão impossível, nesta altura, encontrar solução mais digna de amparo.

É certo que o imposto de selo está condenado, é forma obsoleta de tributação, que deve desaparecer e vai desaparecer afinal, a 31 de dezembro.

Mas, não sendo possível alterar impostos sobre o patrimônio e a renda, nesta fase do ano, e não sendo aconselhável majorar o tributo sobre o

consumo, já sobrecarregado — conforme acentua o próprio Ministro — parece que não resta outra saída que não a do imposto do selo, malgrado o que contra ele tão bem se diz. Ele vai desaparecer. Pois, para cortar o impasse em que nos vemos, a ele recorreremos, nestes seus últimos três meses de vida. Convém anotar que nenhum congressista apresentou, em emenda, qualquer sugestão ou fórmula que resolvesse, de maneira mais conveniente a dificuldade com que nos deparamos.

Reconhecendo, pois, mais uma vez, o inconveniente de ordem econômica, devemos por fim dizer que está a Comissão, como estará amanhã o Congresso, em face de uma opção inarredável: ou aceita o projeto tal como veio do Executivo (inclusive deixando transcorrer o prazo de 30 dias sem sobre ele se pronunciar), ou aceita o substitutivo, ou a ambos rejeita.

No primeiro caso, parece-nos que criaremos ônus maior e mais inconveniente, além de sua discutível constitucionalidade, que o do substitutivo.

Na segunda hipótese aceitamos o mal menor, cujo produto, pelos cálculos feitos, atingirá precariamente o montante da despesa decretada com o aumento do funcionalismo dos Tribunais, mas nunca o ultrapassará.

É fácil provar isto. O imposto do selo está estimado para reunir quinhentos bilhões de cruzeiros.

De modo que a quarta parte de 500 (250 bilhões). Mas não serão 18 bilhões, primeiro, porque não vai entrar em vigor a 1º de outubro, mas a 6, 7 ou 10; segundo, porque há exclusão de diversos itens; terceiro, tudo quanto for contrato os contratantes vão deixar para fazer a 1º de janeiro. Assim, fazem o contrato frequentemente com data-em branco, para ser assinado só a 1º de janeiro. E, então, não pagam imposto de selo.

É de se presumir que dá, no máximo, 15 bilhões. Ora, se o aumento do funcionalismo dos tribunais vai a 14 bilhões, e ainda há 6 bilhões para suplementar o do Congresso Nacional.

E, na terceira, se recusarmos o projeto e o substitutivo, deixaremos, certa e fatalmente, os servidores dos Tribunais referidos sem o aumento de que já usufruíam os do Congresso Nacional, com flagrante violação da paridade de vencimentos que sempre existiu entre eles e com mais flagrante injustiça, pois é negável que o Poder Executivo somente solicitará a abertura do crédito suplementar, indispensável para o pagamento daqueles funcionários, inclusive os dos meses já vencidos, depois de promulgada e publicada uma lei (o projeto original ou o substitutivo) que assegure recursos ordinários para a cobertura de despesa indicada. Não há como fugir de uma das três escolhas.

E por fim ser é que ousamos propor e pleitear o substitutivo apresentado que, convém repetir, teve a prévia aprovação e a inestimável colaboração das autoridades do Ministério da Fazenda.

O SR. SENADOR MEM DE SA — Foram apresentadas cinco emendas.

Emenda nº 1

Ao projeto número 22, de 1966 "Suprimir todo o projeto".

Esta emenda está prejudicada pelo substitutivo, engloba todo o projeto.

Emenda nº 2

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. Nos casos em que se verificar a revelia nos processos relativos a cheques com falta ou insuficiência de fundos, o julgamento será da competência do Inspetor Fiscal da circunscrição onde foi instaurado o procedimento".

A emenda é impertinente, porque não diz respeito a artigo do projeto e o Presidente assim a considerou.

Emenda nº 3

Ao Projeto de Lei número 22, de 1966 (CN).

Acrescente-se onde convier:

Art. Em casos excepcionais, mediante requerimento devidamente justificado, o inspetor fiscal poderá autorizar o pagamento do débito correspondente a imposto e multa decorrente de processo fiscal, em até 20 prestações mensais, iguais e sucessivas, sujeitas a correção monetária.

Parágrafo único — Será competente para deferir o requerimento de parcelamento do débito o inspetor fiscal com jurisdição no domicílio do devedor.

Novamente a emenda é impertinente porque não diz respeito a nenhuma artigo do projeto.

A Emenda número 4, diz o seguinte:

"Acrescente-se onde convier:

Art. Nos processos em que o contribuinte, mediante requerimento apresentado à repartição fiscal, com firma reconhecida, manifestar sua conformidade com a ação fiscal, dentro de 30 dias da lavratura do auto de infração ou da representação, a multa será reduzida de 40%".

Art. O Inspetor Fiscal da respectiva circunscrição será a autoridade competente para homologar o lançamento decorrente do disposto no artigo anterior".

Como as anteriores, ela nada tem a ver com o projeto. Foi também considerada impertinente.

A Emenda número 5, diz o seguinte:

"Acrescente-se, onde couber, o seguinte:

Art. Nas eleições diretas para constituição dos Conselhos Regionais de Contabilidade, realizada na forma estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade, o voto será pessoal, obrigatório e secreto, aplicando-se pena de multa, que será de valor dobrado no caso de reincidência ao contabilista que deixar de votar sem causa justificada".

O parecer, de acordo com o despacho do Sr. Presidente, é pela impertinência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Argemiro de Figueiredo) — Vai-se proceder à discussão do relatório que acaba de ser lido pelo Sr. Relator, Senador Mem de Sá.

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. membros da Comissão que aprovam o relatório, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Quanto às emendas que foram julgadas impertinentes, não tem a Co-

missão que se pronunciar sobre elas uma vez que não houve recursos.

Cabia aos autores das emendas recurso para a Comissão. Esses recursos não se deram, de modo que é matéria pacífica. (Pausa).

Em discussão o substitutivo apresentado pelo Relator, Senador Mem de Sá.

Os Senhores Congressistas que aprovam o substitutivo permaneçam com os estãos. (Pausa).

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião desta Comissão, agradecendo a presença dos Senhores Congressistas.

Está encerrada a reunião.

Encerra-se a reunião às 16 horas e 25 minutos.

Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1966 (C.N.), que "Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e dá outras providências".

ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 3 DE OUTUBRO DE 1966

Aos três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dez horas e cinquenta minutos, na Sala das Comissões sob a Presidência do Senhor Senador João da Silveira, Presidente Eventual, presentes os Senhores Senadores José Guimard, Antônio Carlos, Irineu Bornhausen, Heribaldo Vieira, Vasco do Lima, Edmundo Levi, Zacarias de Assumpção, e os Senhores Deputados Jales Machado, José Esteves, Oswaldo Zanillo e Waldemar Guimarães, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de apreciar o Projeto de Lei nº 19, de 1966 (C.N.).

Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores José Ernirio, Josaphat Marinho, Sebastião Archer, e os Srs. Deputados Geraldo Mesquita, Josaphat Azevedo, Janary Nunes, Manoel Barbosa, Burlamaqui de Miranda, José Burnett e Pedro Braga.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra o Senhor Senador José Guimard, Relator, lê a Redação Final do Projeto de Lei número 19, de 1966, que "Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e dá outras providências".

Em seguida, a Comissão assina a Redação Final.

Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente, encerra a presente reunião e, para constar eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama.
 2º Vice-Presidente — Vivaldo Lima.
 1º Secretário — Dinarte Maria.
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cattete Pinheiro.
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer.
 4º Suplente — Raul Giuberti.

Liderança**DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger

DA ARENA

Líder — Filinto Müller

Vice-Líderes

Rui Palmeira — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna

Vice-Líderes — Bezerra Neto — João Abrahão

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA**TITULARES**

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Adão Fontana
 Dix-Huil Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio
 Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA**TITULARES**

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Aarão Arinos
 Heriberto Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedito Valadarez
 Mele Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josephat Marinho
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão Oficial Legislativo, PL-6.
 Reuniões: 4ªs-feiras, às 10 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
 Heriberto Vieira
 Lopes da Costa
 Mele Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedito Valadarez
 Vasconcelos Torres

MDB

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA**TITULARES**

Atílio Fontana
 Júlio Leite
 José Feliciano
 Mele Braga
 Domicio Gondim
 Adolpho Franco

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacarias de Assumpção
 Dix-Huil Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

José Ermírio
 João Abrahão
 Josephat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15.30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnão de Mele
 José Leite

SUPLENTE

Benedito Valadarez
 Aarão Arinos
 Mele Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josephat Marinho
 Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Mele Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josephat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
 Vivaldo Lima
 Lopes da Costa
 Eurico Rezende
 Eugênio Barros

MDB

José Ermírio
 Nelson Maculan
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Heribaldo Vieira

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimaraes
José Leite
Lopes da Costa
Eugenio Barros
Leão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antonio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. G. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Joséphat Martinho

Vice-Presidente: Domingos Gondim

ARENA**TITULARES**

Domingos Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Joséphat Martinho
José Américo

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maciel

Secretário: Cláudio I. G. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Siegfredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dir-Hut Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimental
José Leite
Lopes da Costa
Antonio Carlos
Domingos Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. G. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antonio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antonio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimaraes

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Américo
Lino de Mattos

Antonio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 13 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antonio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dir-Hut Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Eustáquio Falcão

Secretário: Sarah Abrabão

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedito Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antonio Carlos
José Cândido
Padre Celarano

SUPLENTE

José Guimaraes
Victorino Freire
Menezes Pimental
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Osoraz Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrabão
Nelson Maciel
Ruy Carneiro

Secretário: J. M. Castellan Branco.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Vice-Presidente: Manoel Villaga

Presidente: Sigefredo Pacheco

ARENA**TITULARES**Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga**SUPLENTE**Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros**M D B**Adalberto Sena
Pedro LudovicoOscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco**SUPLENTE**Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga**M D B**Oscar Passos
Silvestre PériclesJosaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Mello
Sigefredo Pacheco**SUPLENTE**José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga**M D B**Adalberto Sena
Nelson MaculatiAurélio Vianna
Lino de Mates

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**José Leite
Arnon de Mello
Dix-Huit Rosado**SUPLENTE**Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard**M D B**João Abrahão
Ruy CarneiroArthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa**SUPLENTE**Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Lobão da Silveira**M D B**Edmundo Levi
Oscar PassosAdalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretaria: Neuza Joanna Orlando Verissimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.